

SIDNEY GUERRA

O SISTEMA INTERAMERICANO
DE PROTEÇÃO DOS

**DIREITOS
HUMANOS**

E O CONTROLE DE
CONVENCIONALIDADE

2ª Edição - Curitiba - 2019

Instituto Memória Editora

CENTRO DE ESTUDOS DA CONTEMPORANEIDADE

© Todos os direitos reservados

Instituto Memória Editora & Projetos Culturais

Rua Deputado Mário de Barros, 1700, Cj. 305, Juvevê

CEP 80.530-280 – Curitiba/PR.

Central de atendimento: (41) 3016-9042

www.institutomemoria.com.br



Editor: Anthony Leahy

Projeto Gráfico: Barbara Franco

Revisão final realizada pelo próprio autor

ISBN: 978-85-5523-314-2

GUERRA, S.

O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o controle de convencionalidade. Sidney Guerra. Curitiba: Instituto Memória. Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2019.

438 p.

1. Direito Internacional Público. 2. Direitos Humanos.
I. Título.

CDD: 340

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	53
------------------------	-----------

PARTE I

A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	57
2	PRINCÍPIOS DA OEA.....	67
3	MEMBROS.....	69
4	DIREITOS E DEVERES.....	72
5	A ESTRUTURA ORGÂNICA DA OEA.....	74
5.1	ASSEMBLEIA GERAL.....	74
5.2	REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....	75
5.3	CONSELHOS (CONSELHO PERMANENTE E CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL)77	
5.3.1	Conselho Permanente.....	77
5.3.2	Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI).....	78
5.4	COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA.....	79
5.5	COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS79	
5.6	SECRETARIA-GERAL.....	80
5.7	CONFERÊNCIAS ESPECIALIZADAS.....	81
5.8	ORGANISMOS ESPECIALIZADOS.....	82



5.8.1	Organização Pan-Americana da Saúde.....	82
5.8.2	Instituto Interamericano da Criança.....	82
5.8.3	Comissão Interamericana de Mulheres.....	83
5.8.4	Instituto Pan-Americano de Geografia e História.....	83
5.8.5	Instituto Indigenista Interamericano.....	83
5.8.6	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura ...	84

PARTE II

O SISTEMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO CONTINENTE AMERICANO

1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	85
2	A ESTRUTURA NORMATIVA DO SISTEMA AMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	94
2.1	A CARTA DA OEA.....	96
2.2	A DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM.....	99
2.3	A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	103
2.4	OUTROS INSTRUMENTOS REGIONAIS DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	127
2.4.1	Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador)	127
2.4.2	O Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte.....	127
2.4.3	A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher ("Convenção de Belém do Pará").....	128



2.4.4	A Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas.....	128
2.4.5	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.....	129
2.4.6	A Carta Democrática Interamericana.....	129
2.4.7	Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão....	130
2.4.8	Princípios e Melhores Práticas para a Proteção de Pessoas Privadas de Liberdade nas Américas.....	130
3	OS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA AMERICANO.....	132
3.1	A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	132
3.2	A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	148

PARTE III

A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO NO SISTEMA INTERAMERICANO

1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	179
2	A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS.....	190
3	A IMPERATIVIDADE DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E DESDOBRAMENTOS PARA O ESTADO BRASILEIRO... 	199

PARTE IV

CASOS QUE ENSEJARAM A CONDENAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA NO BRASIL NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	205
2	CASO DAMIÃO XIMENEZ LOPES	207
2.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	207
2.2	AÇÕES NA JURISDIÇÃO INTERNA.....	209
2.3	A DEMANDA INTERNACIONAL.....	211
2.3.1	Na comissão.....	211
2.3.2	Na corte.....	212
2.4	A CONDENAÇÃO.....	218
3	CASO ESCHER	220
3.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	220
3.2	NA COMISSÃO.....	223
3.3	NA CORTE.....	224
3.4	A CONDENAÇÃO.....	239
4	CASO SÉTIMO GARIBALDI	241
4.1	O CONTEXTO FUNDIÁRIO.....	241
4.2	O CASO NA JURISDIÇÃO INTERNA.....	243
4.3	PROCEDIMENTOS DA JURISDIÇÃO INTERNACIONAL	245
4.3.1	Na comissão.....	245
4.3.2	Na corte.....	246
5	CASO GOMES LUND E OUTROS (“GUERRILHA DO ARAGUAIA”)	261



5.1	A GUERRILHA.....	261
5.2	PROCESSOS NA JURISDIÇÃO INTERNA.....	262
5.3	O CASO NO ÂMBITO INTERNACIONAL.....	264
5.4	SENTENÇA CONDENATÓRIA – DAS EXCEÇÕES PRELIMINARES ARGUIDAS PELO ESTADO BRASILEIRO, AS OPOSIÇÕES DA COMISSÃO E O PARECER DA CORTE.....	266
5.5	A CONDENAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....	270
5.6	ALGUNS PONTOS EM ABERTO.....	273
5.7	A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL N. 153.....	278
6	CASO TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE.....	280
6.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	280
6.2.	A ORDEM JURÍDICA ESTATAL.....	282
6.2.1	Legislação interna aplicável neste campo temático (breves considerações)	283
6.3	A FAZENDA BRASIL VERDE E FATOS PRELIMINARES	284
6.3.1	As denúncias apresentadas em dezembro de 1988 e janeiro de 1989.....	284
6.3.2	A visita à Fazenda Brasil Verde em 1989.....	285
6.3.3	A denúncia e as diversas ações ao longo dos anos.....	286
6.4	O CASO NO SISTEMA AMERICANO.....	288
6.4.1	Na comissão.....	288
6.4.2	Na corte.....	292
6.5	A CONDENAÇÃO.....	298
7	CASO COSME ROSA GENOVEVA, EVANDRO DE OLIVEIRA E OUTROS (FAVELA NOVA BRASÍLIA).....	301
7.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	301
7.2	AÇÕES NA JURISDIÇÃO INTERNA.....	302

7.2.1	Os fatos.....	302
7.2.2	As investigações sobre a incursão policial ocorridas em 1994.....	303
7.2.3	As investigações sobre a incursão policial de 8 de maio de 1995.....	306
7.3	O CASO NO SISTEMA INTERAMERICANO.....	307
7.3.1	Na comissão.....	307
7.3.2	Na corte.....	311
7.4	A CONDENAÇÃO.....	314
8	CASO PUEBLO INDÍGENA XUCURU E SEUS MEMBROS.....	319
8.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	319
8.2	AÇÕES NA JURISDIÇÃO INTERNA.....	319
8.3	A DEMANDA NO SISTEMA INTERAMERICANO.....	321
8.3.1	Na comissão.....	321
8.3.2	Na corte.....	323
9	CASO VLADMIR HERZOG.....	326
9.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	326
9.2	AÇÕES REALIZADAS NO PLANO INTERNO.....	328
9.3	O CASO NO SISTEMA AMERICANO.....	331
9.3.1	Na comissão.....	331
9.3.2	Na corte.....	334

PARTE V

O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	339
----------	----------------------------------	------------



2	APLICABILIDADE DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO PLANO INTERNO.....	356
3	OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E A VERIFICAÇÃO DE CONVENCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	366
4	O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	381
5	O DESPRESTÍGIO DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE POR PARTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	391
6	A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: O NÚCLEO FUNDAMENTADOR E CRITÉRIO VALORATIVO PARA APLICAÇÃO DA NORMA MAIS PROTETIVA.....	396
	CONCLUSÃO.....	403
	REFERÊNCIAS.....	407
	ANEXO: MODELO.....	415